

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCIX • Nº 11

Poder Executivo

Recife, 18 de janeiro de 2022

DECRETO Nº 52.151, DE 17 DE JANEIRO DE 2022.

Introduz alterações no Decreto nº 37.327, de 27 de outubro de 2011, que dispõe sobre a Gratificação por Resultados do GOATE - GRG, quanto ao nível institucional.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 37 da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 107, de 14 de abril de 2008, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 325, de 23 de maio de 2016, e no Decreto nº 49.287, de 11 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de serem estabelecidos os objetivos governamentais relacionados com o nível institucional, para efeito de apuração da Gratificação por Resultados do GOATE - GRG,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 37.327, de 27 de outubro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Para fins de apuração da Gratificação por Resultados do GOATE - GRG, relativamente ao nível institucional de que trata o inciso I do artigo 44 da Lei Complementar nº 107, de 14 de abril de 2008, ficam estabelecidos os seguintes valores, como meta de referência e meta piso de arrecadação do ICMS, para os bimestres indicados:

BIMESTRES	META DE REFERÊNCIA	META PISO
.....
novembro e dezembro de 2021 (AC)	R\$ 3.513.517.486,35	R\$ 2.810.813.989,08

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 17 de janeiro do ano de 2022, 205ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 200ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

DÉCIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ
JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO
ERNANI VARJAL MEDICIS PINTO

DECRETO Nº 52.152, DE 17 DE JANEIRO DE 2022.

Modifica o Decreto nº 44.650, de 30 de junho de 2017, que regulamenta a Lei nº 15.730, de 17 de março de 2016, que dispõe sobre o ICMS, relativamente à sistemática “Mais Atacadistas - Pernambuco”.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 37 da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a necessidade de promover ajustes no Decreto nº 44.650, de 30 de junho de 2017, que regulamenta a Lei nº 15.730, de 17 de março de 2016, que dispõe sobre o ICMS,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 44.650, de 30 de junho de 2017, passa a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 330.

VII -

p) no art. 474-N, que estabelece a sistemática “Mais Atacadistas - Pernambuco”, observado o disposto no inciso V do § 3º, e (NR)

§ 3º

V - na hipótese da alínea “p”, a dispensa do recolhimento antecipado do imposto: (AC)

a) não se aplica quando o contribuinte, por 3 (três) meses consecutivos, não utilizar os benefícios fiscais concedidos pela sistemática ali prevista; e (AC)

b) é restabelecida a partir do mês subsequente àquele em que o contribuinte voltar a utilizar a sistemática. (AC)

Art. 2º O Anexo 26 do Decreto nº 44.650, de 2017, passa a vigorar com modificações, conforme previsto no Anexo Único.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor em 1º de fevereiro de 2022.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 17 de janeiro do ano de 2022, 205ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 200ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

DÉCIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ
JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO
ERNANI VARJAL MEDICIS PINTO

ANEXO ÚNICO

“ANEXO 26 DO DECRETO Nº 44.650/2017
DA SISTEMÁTICA DENOMINADA “MAIS ATACADISTAS - PERNAMBUCO”
(art. 474-N)

Art. 1º.

II - ser inscrito no Cacepe com atividade econômica principal classificada no código 4691-5/00 da CNAE; e (NR)

III - integrar grupo econômico ou pessoa jurídica que tenha entre os seus componentes um quantitativo mínimo de 3 (três) estabelecimentos varejistas situados neste Estado, inscritos no Cacepe com atividade econômica classificada nos códigos 4711-3/01 ou 4711-3/02 da CNAE, observado o disposto no § 4º do art. 6º. (AC)

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto no inciso III do caput, caracteriza-se grupo econômico quando 2 (duas) ou mais empresas estiverem sob a direção, o controle ou a administração de uma delas, compondo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica. (AC)

Art. 6º
.....

§ 4º O limite mínimo de estabelecimentos varejistas previsto no inciso III do caput do art. 1º deve ser atingido em até 2 (dois) anos, contados a partir da concessão do credenciamento. (AC)

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCIX • Nº 11

Poder Executivo

Recife, 18 de janeiro de 2022

CAPÍTULO VI DA COMPENSAÇÃO DE SALDO CREDOR (AC)

Art. 8º Na hipótese de haver saldo credor na escrita fiscal do estabelecimento atacadista no dia anterior ao do início da vigência do credenciamento, a compensação de que trata o § 2º do artigo 23 da Lei nº 15.730, de 2016, fica limitada: (AC)

I - nos primeiros 12 (doze) meses, a 50% (cinquenta por cento) do valor mensal do imposto recolhido nos termos desta sistemática; e (AC)

II - a partir do 13º (décimo terceiro) mês, a 1/6 (um sexto) do valor remanescente do mencionado saldo, ao mês. (AC)

§ 1º O saldo credor de que trata o caput é aquele encontrado após o estorno do crédito fiscal relativo à aquisição da mercadoria em estoque, beneficiada pela sistemática de que trata este Anexo. (AC)

§ 2º Entre a limitação prevista neste artigo e aquela prevista no art. 16 deste Decreto, prevalece o menor valor.* (AC)

DECRETO Nº 52.153, DE 17 DE JANEIRO DE 2022.

Disciplina os índices de reajustamento de preços nas contratações celebradas no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 37 da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os índices de reajustamento de preços dos contratos e das atas de registro de preços, bem como os índices de atualização de valores pesquisados para fins de estimativa de preços destinada às licitações, dispensas e inexigibilidades, no âmbito do Poder Executivo Estadual;

CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 17.555, de 22 de dezembro de 2022, que estabelece normas especiais relativas aos procedimentos de reajustamento de preços dos contratos e das atas de registro de preços firmados no âmbito da Administração Pública Estadual,

DECRETA:

Art. 1º Observadas as normas gerais da União, o reajustamento de preços dos contratos e das atas de registro de preços celebrados no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional deverá observar os seguintes índices:

I - Índice Nacional de Custo da Construção - INCC, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, para os contratos de obras e serviços de engenharia;

II - Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, para os contratos de locação em que o Estado, suas Autarquias e Fundações Públicas sejam locatários; e

III - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, para os demais contratos.

§ 1º A Administração poderá adotar um ou mais índices específicos ou setoriais que melhor reflitam a efetiva oscilação de custos da obra, do serviço ou dos insumos, desde que sejam previamente estabelecidos no edital.

§ 2º No caso de extinção dos índices definidos neste artigo, será utilizado para efeito de reajuste o índice que vier a substituí-los.

Art. 2º Na contratação de prestação de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, o índice de reajustamento dos benefícios não estabelecidos nas normas coletivas de trabalho e demais insumos será o IPCA, fornecido pelo IBGE.

Art. 3º Aplica-se o INPC, fornecido pelo IBGE, ao reajuste de preços de contratos de locação de imóveis de terceiros e instrumentos de permissão ou concessão onerosa de uso de imóvel público e congêneres.

Art. 4º Na contratação de bens e prestação de serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, poderá ser definido índice específico distinto dos indicados no art. 1º, mediante justificativa técnica, desde que previsto previamente no respectivo edital e no contrato.

Art. 5º Em situações excepcionais de flutuação atípica dos preços de mercado, quando a variação do índice adotado implicar em reajuste desproporcional, poderá ser negociada entre as partes a adoção de preço compatível, desde que previsto em edital ou contrato.

Art. 6º O disposto neste Decreto aplica-se aos procedimentos de atualização de valores pesquisados para fins de estimativa de preços destinada às licitações, dispensas e inexigibilidades.

Art. 7º O disposto neste Decreto não se aplica aos processos licitatórios autorizados até a vigência deste normativo e nem aos contratos vigentes, nos quais serão aplicados os índices estabelecidos em cláusula própria e no respectivo edital.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 17 de janeiro do ano de 2022, 205ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 200ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

MARÍLIA RAQUEL SIMÕES LINS
JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO
DECIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ
ALEXANDRE REBÊLO TÁVORA
ERNANI VARJAL MEDICIS PINTO

DECRETO Nº 52.154, DE 17 DE JANEIRO DE 2022.

Estabelece normas de operacionalização dos Orçamentos do Estado de Pernambuco para o exercício financeiro de 2022.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 37 da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 34 a 42 e 71 da Lei nº 17.371, de 3 de setembro de 2021, que estabelece as diretrizes orçamentárias do Estado de Pernambuco para o exercício de 2022; e

CONSIDERANDO o estabelecido na Lei nº 17.550, de 21 de dezembro de 2021, que estima a receita e fixa a despesa do Estado de Pernambuco para o exercício financeiro de 2022,

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto estabelece normas de operacionalização do Orçamento Fiscal e do Orçamento de Investimento das Empresas, do Estado de Pernambuco, para o exercício de 2022, cujos programas e ações são os aprovados pelo Plano Plurianual 2020/2023, na parcela correspondente a este exercício, abrangendo todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta que deles participam.

CAPÍTULO II DAS OPERAÇÕES DE LANÇAMENTO DO ORÇAMENTO FISCAL NO SISTEMA CONTÁBIL

Art. 2º No exercício de 2022, o lançamento dos créditos orçamentários no sistema contábil será procedido em nível de grupo de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos.

§ 1º A execução orçamentária da despesa será efetuada até o nível de elemento, sendo o saldo da dotação apurado em nível de grupo, modalidade de aplicação e fonte de recursos.

§ 2º Cabe à Secretaria de Planejamento e Gestão o lançamento, no sistema e-Fisco, dos créditos orçamentários originários da Lei nº 17.550, de 21 de dezembro de 2021, bem como os decorrentes de créditos adicionais e de remanejamentos orçamentários.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCIX • Nº 11

Poder Executivo

Recife, 18 de janeiro de 2022

CAPÍTULO III DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 3º No exercício de 2022, as alterações de dotações orçamentárias serão efetuadas de forma automatizada, através de módulo próprio do sistema e-Fisco e obedecerão ao disposto nos arts. 40 a 46 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nos arts. 34 a 42 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022, na Lei nº 17.371, de 3 de setembro de 2021, e alterações, nos arts. 10 a 13 da Lei Orçamentária Anual de 2022, na Lei nº 17.550, de 2021, e, ainda, às determinações deste Decreto.

Art. 4º As alterações que constituam objetivos novos e incidam em inclusão de órgão, programa e ações na Lei Orçamentária Anual, antes de serem formalizadas em solicitações de crédito adicional, deverão ser submetidas a processo de análise, a fim de, também, serem incluídas no Plano Plurianual, conforme o disposto no art. 17.

Art. 5º As alterações orçamentárias poderão ocorrer de forma centralizada pela Secretaria de Planejamento e Gestão ou descentralizada, por meio de solicitação das Unidades Gestoras Coordenadoras - UGCs.

§ 1º As alterações orçamentárias centralizadas independem de autorização da Câmara de Programação Financeira (CPF), colegiado vinculado ao Núcleo de Gestão, conforme § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 141, de 3 de setembro de 2009, e poderão ocorrer nas seguintes situações:

- I - alterações decorrentes de reforma administrativa e de Estado de Calamidade Pública declarados na forma legal;
- II - correção de erros de operacionalização;
- III - atendimento a decisões do Núcleo de Gestão, a que se refere a Lei Complementar nº 141, de 3 de dezembro de 2009, de forma tempestiva;
- IV - atendimento a decisões da Câmara de Programação Financeira - CPF;
- V - ajuste das dotações orçamentárias relativas aos seguintes temas:
 - a) despesa de pessoal;
 - b) auxílio funeral e indenização por invalidez ou morte;
 - c) recursos financeiros provenientes de convênios e operações de crédito setoriais, desde que comprovada a existência de orçamento disponível na Unidade Orçamentária; e
 - d) adequação orçamentária das Unidades Gestoras de Encargos Gerais do Estado.
- VI - alterações nos créditos oriundos de emendas parlamentares, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;
- VII - a análise dos pedidos de autorização para cobertura de despesas cujo valor estimado global seja de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais); e
- VIII - outros casos excepcionais definidos pela CPF.

§ 2º No caso das alterações descentralizadas, as solicitações serão elaboradas pelas UGCs de cada Secretaria de Estado ou órgão equivalente e encaminhadas ao Secretário de Planejamento e Gestão, pelos titulares dos órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e Secretários de Estado, mediante formalização do pleito no sistema e-Fisco, com o detalhamento das alterações propostas nos créditos orçamentários de cada ação.

§ 3º Compete à Secretaria de Planejamento e Gestão proceder à elaboração final da minuta do crédito orçamentário solicitado, após a validação da solicitação.

§ 4º As solicitações de alterações orçamentárias que utilizem quaisquer das fontes de financiamento destacadas a seguir deverão ser instruídas com:

- a) no caso de créditos orçamentários financiados por convênios novos, reativados ou alterados e novas operações de crédito, não incluídos nas previsões orçamentárias, nos termos do inciso VI do art. 10, da Lei Orçamentária de 2022, com o registro atualizado do instrumento de convênio a fundo perdido no sistema e-Fisco ou cópia de contrato da operação de crédito;
- b) no caso de créditos orçamentários financiados por *superávit* financeiro de exercício anterior, com a devida apuração em balanço patrimonial e registro atualizado no sistema e-Fisco; e
- c) no caso de créditos orçamentários financiados por excesso de arrecadação de receitas próprias do órgão, com o demonstrativo da estimativa do referido excesso ou por meio de sua evidenciação.

§ 5º Nos casos em que as alterações descentralizadas elaboradas pelas UGCs coincidam com as finalidades possíveis de serem tratadas centralizadamente, fica a Secretaria de Planejamento e Gestão, a seu critério, autorizada a tratar do pleito diretamente, sem necessidade de autorização prévia da CPF.

§ 6º As alterações orçamentárias em que a abertura de créditos possua origem em *superávit* financeiro e excesso de arrecadação, conforme § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, devem ser submetidas à análise da CPF, mesmo que conste no rol de temas cuja alteração independa de sua autorização, previsto neste artigo.

Art. 6º As categorias econômicas, os grupos de natureza de despesa, as modalidades de aplicação e as fontes de recursos aprovadas na Lei Orçamentária Anual e em créditos adicionais poderão ser modificados, numa mesma ação, para melhor atender às necessidades de execução, não constituindo tais modificações, quando isoladamente, créditos adicionais, nos termos do art. 35 da Lei nº 17.371, de 2021 (LDO), devendo essas modificações e permutas serem solicitadas pelas UGCs por meio do sistema e-Fisco e aprovadas pela Secretaria de Planejamento e Gestão.

Art. 7º As solicitações de alterações orçamentárias obedecerão a dois ciclos, sendo um ordinário e extraordinário, ambos com periodicidade mensal com início no mês de fevereiro e término em novembro, com data específica a ser informada pela SEPLAG via mensageria do sistema corporativo do eFisco.

§ 1º A Secretaria de Planejamento e Gestão poderá, a seu critério, para atender a casos específicos, excepcionalizar os prazos previstos no *caput*.

§ 2º O ciclo ordinário abrangerá tanto as alterações que impliquem abertura de crédito suplementar, neste caso com a apresentação de fonte de cobertura, como aquelas que não constituem créditos orçamentários, nos termos dos arts. 11 e 12 da Lei nº 17.550, de 2021.

§ 3º O ciclo extraordinário abrangerá as alterações orçamentárias quando da ocorrência de *déficit* orçamentário que possa comprometer o cumprimento dos objetivos e metas do Governo que constituam crédito suplementar para qual o órgão interessado não apresente indicação de fonte de financiamento para a sua cobertura.

§ 4º Os processos de análise dos ciclos ordinários e extraordinários descentralizados serão instruídos junto à CPF por meio de parecer elaborado pela Secretaria de Planejamento e Gestão com os seguintes elementos, quando aplicáveis:

- I - identificação da prioridade programática ou obrigatoriedade legal da realização da despesa objeto da solicitação;
- II - análise dos cronogramas físico-financeiros dos contratos e/ou termos de referência e/ou processos licitatórios da despesa objeto da solicitação;
- III - estimativas de custos dos projetos de investimentos públicos, nos termos do Decreto nº 39.920, de 10 de outubro de 2013;
- IV - verificação de limites à despesa estabelecidos por programas de contingenciamento instituídos por regulamento do Poder Executivo;
- V - apuração do histórico de execução da despesa objeto da solicitação;
- VI - verificação de saldos não liquidados disponíveis nas UGCs, como alternativa para financiamento da despesa objeto da solicitação;
- VII - análise da disponibilidade financeira por fonte de recurso;
- VIII - verificação de limites de despesa estabelecidos pela Câmara de Programação Financeira;
- IX - projeção dos principais gastos relacionados ao objeto da solicitação;

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 11

Poder Executivo

Recife, 18 de janeiro de 2022

X - análise das alterações orçamentárias já realizadas durante o ano; e

XI - análise da viabilidade das fontes de anulação propostas pela Unidade Orçamentária solicitante.

§ 5º As Unidades Gestoras deverão instruir adequadamente os processos dos ciclos ordinários e extraordinários centralizados com todas as informações e documentos necessários à análise pela SEPLAG, que poderá a qualquer tempo solicitar informações adicionais que julgue necessárias.

Art. 8º Os projetos de lei do Poder Executivo, referentes à criação, à reestruturação e à alteração de atribuições ou subordinação de órgãos e entidades componentes da sua estrutura administrativa, deverão ser previamente encaminhados à apreciação das Secretarias de Planejamento e Gestão e da Fazenda, para a devida verificação da adequação quanto aos aspectos orçamentários, financeiros e contábeis.

CAPÍTULO IV DA DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 9º Em casos excepcionais em que a execução de determinada ação orçamentária couber à unidade gestora diversa daquela indicada na Lei Orçamentária Anual, a delegação executiva dos créditos correspondentes será procedida mediante o regime de descentralização de crédito orçamentário, observado o disposto nos arts. 40 e 41 da Lei nº 17.371, de 2021, e no art. 17, da Lei nº 17.550, de 2021.

§ 1º A descentralização de créditos orçamentários entre unidades gestoras pertencentes a um mesmo órgão ou entidade denomina-se descentralização interna ou provisão orçamentária.

§ 2º A descentralização de créditos orçamentários entre unidades gestoras pertencentes a órgãos ou entidades distintas denomina-se descentralização externa ou destaque orçamentário.

Art. 10. Os créditos orçamentários objeto de descentralização só poderão ser utilizados para atingir a finalidade determinada na ação orçamentária correspondente, respeitados o programa e a classificação funcional a que estejam vinculados.

Art. 11. A descentralização externa ou destaque orçamentário entre órgãos da administração direta será regulada em termo de colaboração, e quando um dos participantes for entidade da administração indireta, em convênio, instrumentos celebrados entre as partes, que indicarão o objeto, a dotação a ser descentralizada, as obrigações dos participantes e a justificativa para a utilização desse regime de execução de despesa.

§ 1º O destaque orçamentário constitui uma transação de caráter excepcional, podendo ocorrer nas seguintes situações:

- a) falta, circunstancial, de condições operacionais adequadas da unidade titular da ação para executá-la;
- b) especialização da entidade ou órgão delegado, na natureza da ação objeto do destaque; e
- c) outras situações que se enquadrem e justifiquem a utilização do mecanismo.

§ 2º Não é permitido o pagamento de taxa de administração ou qualquer outra forma de remuneração à unidade executora da ação destacada.

§ 3º As solicitações de destaque orçamentário deverão ser elaboradas de forma automatizada pelas Unidades Gestoras Executoras - UGES das diversas Secretarias de Estado e órgãos equivalentes, concedentes do destaque orçamentário, utilizando a funcionalidade específica do sistema e-Fisco, e, em seguida, encaminhadas à respectiva UGC, devidamente acompanhadas de minuta do termo de colaboração ou do convênio de que trata o caput deste artigo.

§ 4º A aprovação da concessão do destaque orçamentário solicitado será expedida pela UGC concedente, não se aplicando ao instrumento de descentralização do crédito o disposto no inciso IV do artigo 1º do Decreto nº 37.271, de 17 de outubro de 2011.

§ 5º O disposto no § 4º não dispensa a obrigatoriedade de prévio envio, à Procuradoria Geral do Estado, dos editais, contratos, convênios e instrumentos congêneres que sejam posteriormente firmados pelo órgão ou ente destinatário do destaque orçamentário, para execução da ação, nas hipóteses previstas no Decreto nº 37.271, de 2011.

CAPÍTULO V DAS TRANSAÇÕES ENTRE UNIDADES PARTICIPANTES DO ORÇAMENTO

Art. 12. Na execução orçamentária de 2022, o pagamento de despesas decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços fornecidos por unidades participantes do Orçamento Fiscal, inclusive inversão financeira no capital de empresa dependente, pagamento de impostos, taxas e contribuições, será efetuado mediante empenho, classificadas as despesas na modalidade 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, conforme determinação estabelecida pela Portaria Interministerial nº 688, de 14 de outubro de 2005.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto no caput, a unidade adquirente ou pagadora solicitará à Secretaria de Planejamento e Gestão a inclusão da modalidade referida acima, nos casos não previstos na dotação através da qual a despesa deverá ser realizada, mediante os procedimentos indicados no Capítulo III.

Art. 13. Os órgãos e as entidades retribuidores dos recursos de que trata o art. 12 classificarão os correspondentes ingressos como receitas intracorporárias, de maneira a evitar a dupla contagem, conforme determinação estabelecida na Portaria Interministerial nº 338, de 26 de abril de 2006.

CAPÍTULO VI DOS DEMONSTRATIVOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 14. Para cumprimento do disposto no § 3º do art. 123 da Constituição Estadual, nos arts. 52 a 55 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas demais legislações pertinentes, o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, publicará, no Diário Oficial do Estado, os seguintes relatórios:

I - até o trigésimo dia após o encerramento de cada bimestre, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, conforme modelos aprovados pela Portaria STN/MF nº 924, de 8 de julho 2021; e

II - até o trigésimo dia após o encerramento de cada quadrimestre, o Relatório de Gestão Fiscal, de acordo com os modelos aprovados pela Portaria STN/MF nº 924, de 2021.

Parágrafo único. Os demonstrativos referidos neste artigo evidenciarão as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas realizadas, e contemplarão a execução orçamentária de todos os órgãos e entidades do Estado, observando-se o que dispõe o § 3º do art. 1º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 15. As empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes do Orçamento de Investimento ficam obrigadas a publicar, no Diário Oficial do Estado, Relatório Resumido da Execução do Orçamento de Investimento, na forma estabelecida no Anexo Único do presente Decreto, até o trigésimo dia após o encerramento de cada bimestre, evidenciando a efetiva realização das fontes de recursos e as despesas incorridas com investimentos programados, de acordo com detalhamento constante da Lei Orçamentária, e suas alterações.

§ 1º O demonstrativo de que trata o caput deverá ser acompanhado de notas explicativas, de forma a justificar o resultado apurado no período.

§ 2º Os dados constantes do relatório de que trata o caput deverão ser enviados à Secretaria de Planejamento e Gestão, através de mensagem eletrônica.

Art. 16. Fica a Secretaria da Fazenda - SEFAZ autorizada a proceder ao bloqueio das cotas financeiras das entidades integrantes do Orçamento Fiscal que não tenham a contabilidade atualizada no Sistema e-Fisco, quando do fechamento contábil de cada mês no referido sistema.

CAPÍTULO VII DAS ALTERAÇÕES NO PLANO PLURIANUAL

Art. 17. Todo órgão, programa e ações somente poderão ser incluídos na programação do Governo do Estado através do Plano Plurianual, mediante projeto de lei específica encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado, por iniciativa do Poder Executivo.

Parágrafo único. As solicitações de inclusão e de alteração de que trata o caput serão dirigidas ao Secretário de Planejamento e Gestão pelos titulares dos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, pelos Secretários de Estado e titulares de órgãos equivalentes, aos quais se subordinem os órgãos da administração direta e as entidades supervisionadas, mediante ofício, acompanhado das informações necessárias à elaboração dos instrumentos que formalizarão a inclusão ou alteração acima referidas.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCIX • Nº 11

Poder Executivo

Recife, 18 de janeiro de 2022

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. A Secretaria de Planejamento e Gestão, a Secretaria da Fazenda e a Secretaria da Controladoria Geral do Estado poderão editar normas complementares necessárias à execução do presente Decreto.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1º de janeiro de 2022.

Art. 20. Revoga-se o Decreto nº 50.064, de 13 de janeiro de 2021.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 17 de janeiro do ano de 2022, 205ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 200ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

ALEXANDRE REBÊLO TÁVORA
DÉCIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ
MARCONI MUZZIO PIRES DE PAIVA FILHO
JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO
ERNANI VARJAL MEDICIS PINTO

ANEXO ÚNICO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (ARTIGO 123 PARÁGRAFO 3º DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL)

SECRETARIA:			Em R\$ 1,00		
ENTIDADE:					
BIMESTRE:					
FONTES DE FINANCIAMENTO			DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS		
ESPECIFICAÇÃO	DO BIMESTRE	NO EXERCÍCIO	ESPECIFICAÇÃO	DO BIMESTRE	NO EXERCÍCIO
Recursos de Geração Própria (1)			Programa (código)	-	-
Recursos para Aumento de Capital (2)			Ação (código)		
do Tesouro			Ação (código)		
do Tesouro			Ação (código)		
de Outras fontes			Ação (código)		
de Outras fontes			Programa (código)	-	-
de Outras fontes			Ação (código)		
de Outras fontes			Ação (código)		
Recursos de Operações de Crédito a Longo Prazo (3)			Ação (código)		
Internas			Ação (código)		
Externas			Programa (código)	-	-
Outras Fontes de Financiamento (especificar) (4)			Ação (código)		
			Ação (código)		
			Ação (código)		
			Ação (código)		
TOTAL DAS FONTES DE FINANCIAMENTO (5) = (1+2+3+4)	-	-	TOTAL DOS INVESTIMENTOS (6)	-	-
RESULTADO			RESULTADO		
DEFICIT (7) = (5-6, se 6 for maior que 5)			SUPERÁVIT (8) = (5-6, se 5 for maior que 6)		
TOTAL (5+7)	-	-	TOTAL (6+8)	-	-

Nota Explicativa

¹ Discriminar, quando for o caso, os recursos vinculados do Tesouro.

² Discriminar, quando for o caso, os recursos vinculados de Outras Fontes, a exemplo do Fundo Rodoviário, Ferrovário Aquaviário de Pernambuco – FURPE.

DECRETO Nº 52.155, DE 17 DE JANEIRO DE 2022.

Prorroga o prazo do Grupo de Trabalho no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e IV do art. 37 da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, por até 60 (sessenta) dias, o prazo previsto para o encerramento das atividades do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 51.787, de 16 de novembro de 2021.

Parágrafo único. O Grupo de Trabalho de que trata o caput tem por finalidade discutir e revisar normas e procedimentos para prestação de contas dos recursos do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17 de janeiro de 2022.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 17 de janeiro do ano de 2022, 205ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 200ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

ALEXANDRE REBÊLO TÁVORA
JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO
DÉCIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ
MARÍLIA RAQUEL SIMÕES LINS
ERNANI VARJAL MEDICIS PINTO

DECRETO Nº 52.156, DE 17 DE JANEIRO DE 2022.

Autoriza a utilização do incentivo fiscal previsto no Decreto nº 44.766, de 20 de julho de 2017, que dispõe sobre o PROIND, pelo contribuinte AÇOPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 37 da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o Decreto nº 44.766, de 20 de julho de 2017, que estabelece sistemática de tributação do ICMS referente ao Programa de Estímulo à Indústria do Estado de Pernambuco – PROIND,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o contribuinte AÇOPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., estabelecido na Rua Doutor Antonio de Castro, nº 274, Galpão A - Atalaia - Escada - PE, com CNPJ/MF nº 08.537.151/0001-64 e CACEPE nº 0366132-66, Processo nº 1500000073.001951/2021-80, a utilizar o incentivo fiscal previsto no Decreto nº 44.766, de 20 de julho de 2017, que dispõe sobre o

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCIX • Nº 11

Poder Executivo

Recife, 18 de janeiro de 2022

Programa de Estímulo à Indústria do Estado de Pernambuco – PROIND, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir do período fiscal subsequente ao da publicação do presente Decreto.

Parágrafo único. O contribuinte deve atender a todas as condições do Decreto nº 44.766, de 2017, e da Portaria SF nº 193, de 27 de setembro de 2017, que prevê procedimentos complementares para utilização do mencionado Programa.

Art. 2º Esta autorização terá vigência até 31 de dezembro de 2032, conforme estabelecido no Convênio ICMS 190, de 15 de dezembro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 17 de janeiro do ano de 2022, 205º da Revolução Republicana Constitucionalista e 200º da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

SÍDIA HAINT
JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO
DÉCIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ
ALEXANDRE REBELLO TÁVORA
ERNANI VARJAL MEDICIS PINTO

DECRETO Nº 52.157, DE 17 DE JANEIRO DE 2022.

Concede estímulo previsto na Lei nº 11.675, de 11 de outubro de 1999, que dispõe sobre o PRODEPE, à empresa BRASIL PRIME EXOTICS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONGELADOS E FRUTAS LTDA.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 37 da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a Lei nº 11.675, de 11 de outubro de 1999, e o Decreto nº 21.959, de 27 de dezembro de 1999;

CONSIDERANDO a Resolução nº 144/2021, de 23 de dezembro de 2021, do Conselho Estadual de Políticas Industrial, Comercial e de Serviços – CONDIC, que aprovou o Parecer Conjunto ADEPE/SEFAZ nº 069/2021, e o teor do Ofício CONDIC nº 155/2021, de 23 de dezembro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à empresa BRASIL PRIME EXOTICS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONGELADOS E FRUTAS LTDA., estabelecida na Rua Joaquim Rodrigues, de Lina 157, Conceição, Vitória de Santo Antão – PE, com CNPJ/MF nº 15.034.616/0001-50 e CACEPE nº 0485151-08, o estímulo de que trata o art. 5º do Decreto nº 21.959, de 27 de dezembro de 1999, ficando a respectiva fruição condicionada à observância das seguintes características:

I - natureza do projeto: ampliação com nova linha de produtos;

II - enquadramento do projeto: agrupamento industrial prioritário;

III - produtos beneficiados: pasta de amendoim torrado e moido - NCM 2008.11.00; creme de açaí com xaropes - NCM 2008.97.10; creme de leite com avelã - NCM 0403.90.00; iogurte - NCM 0403.90.00; lagosta inteira congelada - NCM 0306.11.10; cauda de lagosta congelada - NCM 0306.11.90; caranguejo congelado - NCM 0306.14.00; lagosta refrigerada - NCM 0306.31.00; camarão congelado - NCM 0306.36.00; polvo refrigerado - NCM 0307.51.00; e polvo congelado - NCM 0307.52.00;

IV - prazo de fruição: a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da publicação deste Decreto até 31 de dezembro de 2032, conforme o inciso I da cláusula décima do Convênio ICMS 190, de 15 de dezembro de 2017;

V - benefício concedido de crédito presumido do ICMS em valor equivalente a 85% (oitenta e cinco por cento) do saldo devedor do ICMS normal, apurado em cada período fiscal e devido pelo incremento da produção comercializada;

VI - montante mínimo do ICMS de responsabilidade direta do conjunto dos estabelecimentos da empresa localizados neste Estado e caracterizados pelo número-base do CNPJ/MF 15.034.616, de acordo com o disposto nos arts. 3º e 5º do Decreto nº 28.800, de 4 de janeiro de 2006; e

VII - taxa de administração: 2% (dois por cento) do total do benefício utilizado, durante o período de fruição, a ser paga por meio de Documento de Arrecadação Estadual - DAE específico, até o último dia útil do mês subsequente ao período fiscal da efetiva utilização.

Art. 2º Os efeitos deste Decreto ficam condicionados:

I - à não fruição, por parte do beneficiário, de incentivo ou benefício fiscal de qualquer natureza sobre um mesmo produto incentivado que implique cumulação de benefícios sobre uma mesma operação incentivada; e

II - ao cumprimento dos requisitos previstos no Convênio ICMS 190, de 2017.

Art. 3º Na hipótese de a Constituição Federal vir a estabelecer condições diversas das previstas neste Decreto, para a fruição do incentivo concedido nos termos do art. 1º, prevalecem aquelas constitucionalmente fixadas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 17 de janeiro do ano de 2022, 205º da Revolução Republicana Constitucionalista e 200º da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

SÍDIA HAINT
JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO
DÉCIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ
ALEXANDRE REBELLO TÁVORA
ERNANI VARJAL MEDICIS PINTO

DECRETO Nº 52.158, DE 17 DE JANEIRO DE 2022.

Concede estímulo previsto na Lei nº 11.675, de 11 de outubro de 1999, que dispõe sobre o PRODEPE, à empresa M S S HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 37 da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a Lei nº 11.675, de 11 de outubro de 1999, e o Decreto nº 21.959, de 27 de dezembro de 1999;

CONSIDERANDO a Resolução nº 144/2021, de 23 de dezembro de 2021, do Conselho Estadual de Políticas Industrial, Comercial e de Serviços – CONDIC, que aprovou o Parecer Conjunto ADEPE/SEFAZ nº 134/2021, e o teor do Ofício CONDIC nº 167/2021, de 23 de dezembro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à empresa M S S HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA., estabelecida na Rua Projetada, nº 236 A, Otácio de Lemos, Limoeiro – PE, com CNPJ/MF nº 43.558.892/0001-53 e CACEPE nº 0991758-60, o estímulo de que trata o art. 5º do Decreto nº 21.959, de 27 de dezembro de 1999, ficando a respectiva fruição condicionada à observância das seguintes características:

I - natureza do projeto: implantação;

II - enquadramento do projeto: agrupamento industrial prioritário;

III - produtos beneficiados: alho in natura - NCM 0703.20.90; erva doce (funcho) - NCM 0709.99.90; hortelã desidratado - NCM 0709.99.90; alho em pasta - NCM 0712.90.90; alho triturado - NCM 0712.90.90; salsa desidratada - NCM 0712.90.90; castanha-do-pará - NCM 0801.22.00; castanha de caju - NCM 0801.31.00; uva passa - NCM 0806.20.00; ameixa com caroço - NCM 0813.20.10; ameixa sem caroço - NCM 0813.20.20; mistura de frutas secas mix - NCM 0813.50.00; pimenta-do-reino em grãos - NCM 0904.11.00; pimenta-do-reino em pó - NCM 0904.12.00; pimenta calabresa - NCM 0904.22.00; canela em casca - NCM 0906.19.00;

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCIX • Nº 11

Poder Executivo

Recife, 18 de janeiro de 2022

canela em pó - NCM 0906.20.00; canela floculada - NCM 0906.20.00; cravo da índia - NCM 0907.10.00; cravo em pó - NCM 0907.20.00; cominho com e sem pimenta - NCM 0909.32.00; anis estrelado - NCM 0909.61.20; gengibre em pó - NCM 0910.12.00; açafraão (cúrcuma) - NCM 0910.20.00; cominho condimentado - NCM 0910.99.00; louro em pó - NCM 0910.99.00; louro folha - NCM 0910.99.00; farinha de mandioca temperada - NCM 1106.20.00; orégano - NCM 1211.90.10; alecrim - NCM 1211.90.90; boldo - NCM 1211.90.90; camomila - NCM 1211.90.90; granola tradicional - NCM 1904.10.00; granola mistura de cereais - NCM 1904.20.00; granola com açúcar - NCM 1904.90.00; granola sem açúcar - NCM 1904.90.00; sequitos (bolo de goma) - NCM 1905.31.00; frutas cristalizadas - NCM 2006.00.00; amendoim cru com ou sem casca - NCM 2008.11.00; amendoim frito - NCM 2008.11.00; amendoim com casca, torrado - NCM 2008.11.00; amendoim torrado, com e sem pele - NCM 2008.11.00; tempero fit - NCM 2103.90.21; tempero gourmet - NCM 2103.90.21; tempero lemon pepper - NCM 2103.90.21; mix de tempero - NCM 2103.90.21; colorau - NCM 2103.90.21; e bicarbonato de sódio - NCM 2836.30.00;

IV - prazo de fruição: a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da publicação deste Decreto até 31 de dezembro de 2032, conforme o inciso I da cláusula décima do Convênio ICMS 190, de 15 de dezembro de 2017;

V - benefício concedido de crédito presumido do ICMS em valor equivalente a 90% (noventa por cento) do saldo devedor do ICMS normal, apurado em cada período fiscal;

VI - não sujeição à cobrança do ICMS mínimo, de acordo com o inciso I do art. 4º do Decreto nº 28.800, de 4 de janeiro de 2006; e

VII - taxa de administração: 2% (dois por cento) do total do benefício utilizado, durante o período de fruição, a ser paga por meio de Documento de Arrecadação Estadual - DAE específico, até o último dia útil do mês subsequente ao período fiscal da efetiva utilização, não podendo ser superior a R\$ 14.016,60 (catorze mil, dezesseis reais e sessenta centavos).

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, a empresa deve observar o previsto na Lei nº 15.063, de 4 de setembro de 2013, e no Decreto nº 40.218, de 20 de dezembro de 2013, que dispõem sobre a realização de investimentos mínimos em projetos e atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Art. 2º Os efeitos deste Decreto ficam condicionados:

I - à não fruição, por parte do beneficiário, de incentivo ou benefício fiscal de qualquer natureza sobre um mesmo produto incentivado que implique cumulação de benefícios sobre uma mesma operação incentivada; e

II - ao cumprimento dos requisitos previstos no Convênio ICMS 190, de 2017.

Art. 3º Na hipótese de a Constituição Federal vir a estabelecer condições diversas das previstas neste Decreto, para a fruição do incentivo concedido nos termos do art. 1º, prevalecem aquelas constitucionalmente fixadas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 17 de janeiro do ano de 2022, 205ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 200ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

SÍDIA HAINT
JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO
DÉCIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ
ALEXANDRE REBELO TÁVORA
ERNANI VARJAL MEDICIS PINTO

DECRETO Nº 52.159, DE 17 DE JANEIRO DE 2022.

Autoriza a utilização do incentivo fiscal previsto no Decreto nº 44.766, de 20 de julho de 2017, que dispõe sobre o PROIND, pelo contribuinte SINGULAR DREAMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 37 da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o Decreto nº 44.766, de 20 de julho de 2017, que estabelece sistemática de tributação do ICMS referente ao Programa de Estímulo à Indústria do Estado de Pernambuco – PROIND,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada o contribuinte SINGULAR DREAMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., estabelecido na rua Josefa Maria da Conceição, nº 154, GP 002 - Jardim Jordão - Jaboatão dos Guararapes - PE, com CNPJ/MF nº 44.367.874/0001-57 e CAECEPE nº 1006594-62, Processo nº 1500000073.001971/2021-51, a utilizar o incentivo fiscal previsto no Decreto nº 44.766, de 20 de julho de 2017, que dispõe sobre o Programa de Estímulo à Indústria do Estado de Pernambuco – PROIND, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir do período fiscal subsequente ao da publicação do presente Decreto.

Parágrafo único. O contribuinte deve atender a todas as condições do Decreto nº 44.766, de 2017, e da Portaria SF nº 193, de 27 de setembro de 2017, que prevê procedimentos complementares para utilização do mencionado Programa.

Art. 2º Esta autorização terá vigência até 31 de dezembro de 2032, conforme estabelecido no Convênio ICMS 190, de 15 de dezembro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 17 de janeiro do ano de 2022, 205ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 200ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

SÍDIA HAINT
JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO
DÉCIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ
ALEXANDRE REBELO TÁVORA
ERNANI VARJAL MEDICIS PINTO

DECRETO Nº 52.160, DE 17 DE JANEIRO DE 2022.

Concede estímulo previsto na Lei nº 11.675, de 11 de outubro de 1999, que dispõe sobre o PRODEPE, à empresa TELLERINA COMÉRCIO DE PRESENTES E ARTIGOS PARA DECORAÇÃO S.A.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 37 da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a Lei nº 11.675, de 11 de outubro de 1999, e o Decreto nº 21.959, de 27 de dezembro de 1999;

CONSIDERANDO a Resolução nº 144/2021, de 23 de dezembro de 2021, do Conselho Estadual de Políticas Industrial, Comercial e de Serviços - CONDIC, que aprovou o Parecer Conjunto ADEPE/SEFAZ nº 156/2021, e o teor do Ofício CONDIC nº 188/2021, de 23 de dezembro de 2021;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à empresa TELLERINA COMÉRCIO DE PRESENTES E ARTIGOS PARA DECORAÇÃO S.A., estabelecida na Avenida Antônio de Góes, nº 60, Sala 905, Edifício JCPM Trade Center, Pina, Recife - PE, com CNPJ/MF nº 84.453.844/0447-11 e CAECEPE nº 0992094-38, o estímulo de que tratam os arts. 10 e 11 do Decreto nº 21.959, de 27 de dezembro de 1999, ficando a respectiva fruição condicionada à observância das seguintes características:

I - natureza do projeto: implantação;

II - enquadramento do projeto: central de distribuição;

III - produtos beneficiados: perfume (extratos) - NCM 3303.00.10; coleira de couro - NCM 4201.00.10; carteira e porta cartão com superfície exterior de couro natural ou reconstruído - NCM 4202.31.00; porta relógios e porta joias com superfície exterior de folhas de plástico ou materiais têxteis - NCM 4202.91.00; chaveiro em couro - NCM 4205.00.00; caderno sem pauta - NCM 4820.10.00;

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCIX • Nº 11

Poder Executivo

Recife, 18 de janeiro de 2022

caderno - NCM 4820.20.00; joia em prata 925, mesmo revestida, folheada ou chapeada de outros metais preciosos (plaquê) - NCM 7113.11.00; joia em ouro 18k, de outros metais preciosos, mesmo revestidos, folheados ou chapeados de metais - NCM 7113.19.00; joia em aço - NCM 7117.19.00; joia em couro e aço - NCM 7117.90.00; relógio com caixa de metal comum - NCM 9102.11.10; relógio de corda automática - NCM 9102.21.00; caneta esferográfica - NCM 9608.10.00; caneta tinteiro - (canetas de tinta permanente) e outras canetas - NCM 9608.30.00; carga de caneta - cargas com ponta, para canetas esferográficas - NCM 9608.60.00; carga de caneta - outras - NCM 9608.99.89; relógio de pulso, de bolso e semelhantes - outros - NCM 9102.11.90; relógio de pulso com caixa de metal comum - NCM 9102.12.10, e relógio com caixa de plástico, exceto as reforçadas com fibra de vidro - NCM 9102.12.20;

IV - prazo de fruição: a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da publicação deste Decreto até 31 de dezembro de 2022, conforme o inciso III da cláusula décima do Convênio ICMS 190, de 15 de dezembro de 2017;

V - benefício concedido de crédito presumido do ICMS no percentual de 3% (três por cento) incidente sobre:

a) o valor da transferência de mercadoria de estabelecimento localizado em outra Unidade da Federação, sem prejuízo do aproveitamento dos demais créditos; e

b) o valor total das vendas promovidas pela central de distribuição nas operações interestaduais;

VI - não sujeição à cobrança do ICMS mínimo, de acordo com o inciso I do art. 4º do Decreto nº 28.800, de 4 de janeiro de 2006; e

VII - taxa de administração em valor correspondente a 2% (dois por cento) do total do benefício utilizado, durante o período de fruição, a ser paga por meio de Documento de Arrecadação Estadual - DAE específico, até o último dia útil do mês subsequente ao período fiscal da efetiva utilização.

Parágrafo único. A relação de produtos beneficiados de que trata este Decreto poderá ser alterada, excepcionalmente, se houver manifestação formal de empreendimento industrial estabelecido no Estado de Pernambuco que comprove a produção de qualquer ou quaisquer dos referidos produtos beneficiados, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 17 do Decreto nº 21.959, de 1999.

Art. 2º Os efeitos deste Decreto ficam condicionados:

I - à não fruição, por parte do beneficiário, de incentivo ou benefício fiscal de qualquer natureza sobre um mesmo produto incentivado que implique cumulação de benefícios sobre uma mesma operação incentivada; e

II - ao cumprimento dos requisitos previstos no Convênio ICMS 190, de 2017.

Art. 3º Na hipótese de a Constituição Federal vir a estabelecer condições diversas das previstas neste Decreto, para a fruição do incentivo concedido nos termos do art. 1º, prevalecem aquelas constitucionalmente fixadas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 17 de janeiro do ano de 2022, 205ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 200ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

SÍDIA HAIT
JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO
DÉCIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ
ALEXANDRE REBELO TÁVORA
ERNANI VARJAL MEDICIS PINTO

DECRETO Nº 62.161, DE 17 DE JANEIRO DE 2022.

Abre ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2022, crédito suplementar no valor de R\$ 37.000.000,00 em favor do Tribunal de Contas.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 37 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no inciso o IV do art. 10 da Lei nº 17.550, de 21 de dezembro de 2021, e considerando a necessidade de reforçar dotações orçamentárias insuficientes para atender despesas de pessoal e custeio do Órgão, não implicando em acréscimo ao Orçamento vigente, uma vez que os recursos serão deduzidos de dotação disponível,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2022, em favor do Tribunal de Contas, crédito suplementar no valor de R\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais), destinado ao reforço das dotações orçamentárias especificadas no Anexo I.

Art.2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o art. 1º, conforme inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, estão previstos na fonte de recursos "0101-Recursos Ordinários - Adm. Direta", no valor de R\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais), especificados no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 3 de janeiro de 2022.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 17 de janeiro do ano de 2022, 205ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 200ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO
DÉCIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ
ALEXANDRE REBELO TÁVORA
ERNANI VARJAL MEDICIS PINTO

ANEXO I
(CRÉDITO SUPLEMENTAR)

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL 2022	EM R\$	
		RECURSOS DE	TODAS AS
		FONTE	FONTES
		VALOR	
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO			
00002 Tribunal de Contas - Administração Direta			
01.032.0256.1111 - Controle Externo da Aplicação dos Recursos Públicos do			
Atividade:	Estado e		21.000.000,00
	dos Municípios de Pernambuco		
	3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	0101	18.000.000,00
	3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0101	3.000.000,00
01.846.0991.1405 - Concessão de Benefícios para os Membros e Servidores do			
Atividade:	Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE		16.000.000,00
	3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0101	16.000.000,00
TOTAL			37.000.000,00

ANEXO II
(art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964)

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL 2022	EM R\$	
		RECURSOS DE	TODAS AS
		FONTE	FONTES
		VALOR	

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCIX • Nº 11

Poder Executivo

Recife, 18 de janeiro de 2022

29000 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO			
00118 Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta			
Op. Especial:	28.844.0197.0779 - Encargos da Dívida Pública Externa		37.000.000,00
	3.2.90.00 - Juros e		
	Encargos da Dívida	0101	37.000.000,00
TOTAL			37.000.000,00

DECRETO Nº 52.162, DE 17 DE JANEIRO DE 2022.

Abre ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2022, crédito suplementar no valor de R\$ 380.000,00 em favor da Defensoria Pública do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 37 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no inciso o IV do art. 10 da Lei nº 17.550, de 21 de dezembro de 2021, e considerando a necessidade de reforçar dotação orçamentária insuficiente para atender despesas de investimentos do Órgão,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2022, em favor da Defensoria Pública do Estado, crédito suplementar no valor de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) destinado ao reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o art. 1º, conforme inciso II do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, estão previstos na fonte de recursos "0102- Recursos de Convênios a Fundo Perdoado/Contrato de Repasse - Adm. Direta", no valor de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), provenientes do Tesouro Estadual e especificados no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 3 de janeiro de 2022.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 17 de janeiro do ano de 2022, 205ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 200ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO
DÉCIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ
ALEXANDRE REBÊLO TÁVORA
ERNANI VARJAL MEDICIS PINTO

**ANEXO I
(CRÉDITO SUPLEMENTAR)**

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO	ORÇAMENTO FISCAL 2022	EM R\$	
		RECURSOS DE FONTES	TODAS AS
ESPECIFICAÇÃO		VALOR	
25000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO			
00127 Defensoria Pública do Estado - Administração Direta			
Projeto:	14.122.0939.1919 - Modernização Operacional e Tecnológica da Defensoria Pública do Estado		380.000,00
	4.4.90.00 - Investimentos	0102	380.000,00
TOTAL			380.000,00

**ANEXO II
(art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 1964)**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	RECEITA DE TODAS AS FONTES EM R\$	
		VA	LO R
2.0.0.0.00.0.0	Receitas de Capital	380.000,00	
2.4.0.0.00.0.0	Transferências de Capital	380.000,00	
2.4.1.0.00.0.0	Transferências da União e de suas Entidades	380.000,00	
2.4.1.4.00.0.0	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	380.000,00	
2.4.1.4.99.0.0	Outras Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	0,00	
2.4.1.4.99.0.1	Outras Transferências de Convênios da União e de suas Entidades - Principal	380.000,00	
2.4.1.4.99.0.1	Outras Transferências de Convênios da União e de suas Entidades - Principal	380.000,00	

DECRETO Nº 52.163, DE 17 DE JANEIRO DE 2022.

Abre ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2022, crédito suplementar no valor de R\$ 271.646.947,37 em favor da Secretaria de Educação e Esportes.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 37 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 10 da Lei nº 17.550, de 21 de dezembro de 2021, e considerando a necessidade de reforçar dotações orçamentárias insuficientes para atender despesas de pessoal e operacionais da Secretaria,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2022, em favor da Secretaria de Educação e Esportes, crédito suplementar no valor de R\$ 271.646.947,37 (duzentos setenta e um milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, novecentos e quarenta e sete reais e trinta e sete centavos), destinado ao reforço das dotações orçamentárias especificadas no Anexo Único.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o art. 1º, conforme inciso I do § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, estão previstos na fonte de recursos - "0109 - Fundo de Manutenção e Desenv. da Educ. Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB", no valor de R\$ 271.646.947,37 (duzentos setenta e um milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, novecentos e quarenta e sete reais e trinta e sete centavos), e são provenientes do Tesouro Estadual.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 3 de janeiro de 2022.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 17 de janeiro do ano de 2022, 205ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 200ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

MARCELO ANDRADE BEZERRA BARROS
JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO
DÉCIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ
ALEXANDRE REBÊLO TÁVORA

**ANEXO ÚNICO
(CRÉDITO SUPLEMENTAR)**

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 11

Poder Executivo

Recife, 18 de janeiro de 2022

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO

ORÇAMENTO FISCAL 2022

EM R\$

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCIX • Nº 11

Poder Executivo

Recife, 18 de janeiro de 2022

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
	FONTE	VALOR
14000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES		
00108 Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta		
Atividade: 12.362.0402.2284 - Ampliação do Suporte à Atividade Educacional para a Educação		1.260.000,00
Integral e Semi-Integral		
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0109	1.260.000,00
Atividade: 12.362.0402.2310 - Fornecimento de Alimentação Escolar para Educação Integral e		6.900.000,00
Semi-Integral		
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0109	6.900.000,00
Atividade: 12.362.0402.4325 - Operacionalização da Rede de Educação Integral e Semi-Integral		60.129.500,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0109	60.129.500,00
Atividade: 12.846.0438.1140 - Concessão de Vale Transporte e Auxílio Alimentação a Servidores		16.950.000,00
da Secretaria de Educação e Esportes		
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0109	16.950.000,00
Atividade: 12.122.0438.4385 - Gestão das atividades da Secretaria de Educação e Esportes		20.190.000,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0109	20.190.000,00
Atividade: 12.423.0915.4318 - Operacionalização da Rede de Educação Indígena		14.600.400,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0109	14.600.400,00
Atividade: 12.368.0915.4320 - Operacionalização da Educação do Campo e Quilombola		12.039.700,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0109	12.039.700,00
Atividade: 12.363.0918.2277 - Operacionalização da Rede de Educação Profissional		10.576.581,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0109	10.576.581,00
Atividade: 12.363.0918.2736 - Formação Profissional de Nível Médio em Agroecologia sob Regime de Alternância		600.000,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0109	600.000,00
Atividade: 12.368.1027.2280 - Operacionalização e Manutenção da Rede Escolar - Presídios e		955.966,00
Conveniadas		
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0109	955.966,00
Atividade: 12.368.1027.3322 - Operacionalização da Gestão Escolar		56.787.500,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0109	56.787.500,00
Atividade: 12.368.1027.4072 - Ampliação do Suporte à Atividade Educacional		1.350.000,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0109	1.350.000,00
Atividade: 12.361.1032.4051 - Melhoria do Desempenho do Ensino Fundamental		60.000,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0109	60.000,00
Atividade: 12.362.1032.4439 - Melhoria do desempenho do Ensino Médio		69.247.300,37
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	0109	69.247.300,37
TOTAL		271.646.947,37

DECRETO Nº 52.164, DE 17 DE JANEIRO DE 2022.

Abre ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2022, crédito suplementar no valor de R\$ 8.521.709,89 em favor da Secretaria de Educação e Esportes.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 37 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 10 da Lei nº 17.550, de 21 de dezembro de 2021, e considerando a necessidade de reforçar orçamentária insuficiente para atender despesas operacionais da Secretaria,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2022, em favor da Secretaria de Educação e Esportes, crédito suplementar no valor de R\$ 8.521.709,89 (oito milhões, quinhentos e vinte e um mil, setecentos e nove reais e oitenta e nove centavos) destinado ao reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o art. 1º, conforme inciso II do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, estão previstos na fonte de recursos "0104 - Recursos Diretamente Arrecadados - Adm. Direta", no valor de R\$ 8.521.709,89 (oito milhões, quinhentos e vinte e um mil, setecentos e nove reais e oitenta e nove centavos), provenientes do Tesouro Estadual e especificados no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 3 de janeiro de 2022.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 17 de janeiro do ano de 2022, 205ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 200ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

MARCELO ANDRADE BEZERRA BARROS
JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO
DÉCIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ
ALEXANDRE REBELO TÁVORA

ANEXO I (CRÉDITO SUPLEMENTAR)

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO		ORÇAMENTO FISCAL 2022		EM R\$	
ESPECIFICAÇÃO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES			
		FONTE		VALOR	
14000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES					
00108 Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta					
12.122.0438.4385 - Gestão das atividades da Secretaria de Educação e Esportes				8.521.709,89	
Atividade:	Esportes			8.521.709,89	
	3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0104		8.521.709,89	
TOTAL				8.521.709,89	

ANEXO II (art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 1964)

RECEITA DE TODAS AS FONTES EM R\$		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCIX • Nº 11

Poder Executivo

Recife, 18 de janeiro de 2022

1.0.0.0.00.0.0	Receitas Correntes	8.521.709,89
1.6.0.0.00.0.0	Receita de Serviços	8.521.709,89
1.6.1.0.00.0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	8.521.709,89
1.6.1.1.00.0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	8.521.709,89
1.6.1.1.02.0.0	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	0,00
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	8.521.709,89
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	8.521.709,89

DECRETO Nº 52.165, DE 17 DE JANEIRO DE 2022.

Abre ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2022, crédito suplementar no valor de R\$ 1.825.400,00 em favor da Secretaria de Cultura.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 37 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 10 da Lei nº 17.550, de 21 de dezembro de 2021, e considerando a necessidade de reforçar dotações orçamentárias insuficientes para atender despesas operacionais da Secretaria, não implicando em acréscimo ao Orçamento vigente, uma vez que os recursos serão deduzidos de dotações disponíveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2022, em favor da Secretaria de Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 1.825.400,00 (um milhão, oitocentos e vinte e cinco mil e quatrocentos reais) destinado ao reforço das dotações orçamentárias especificadas no Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o art. 1º, conforme inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, estão previstos na fonte de "0101 - Recursos Ordinários - Adm. Direta", no valor de R\$ 25.400,00 (vinte e cinco mil e quatrocentos reais) e na fonte "0102 - Recursos de Convênios a Fundo Perdido/Contrato de Repasse - Adm. Direta", no valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), especificados no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 3 de janeiro de 2022.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 17 de janeiro do ano de 2022, 205ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 200ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

GILBERTO DE MELLO FREYRE NETO
CLAUDIANO FERREIRA MARTINS FILHO
JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO
DÉCIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ
ALEXANDRE REBÊLO TÁVORA

ANEXO I (CRÉDITO SUPLEMENTAR)

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO		ORÇAMENTO FISCAL 2022		EM R\$	
ESPECIFICAÇÃO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES			
		FONTE		VALOR	
20000 - SECRETARIA DE CULTURA					
00133 Secretaria de Cultura - Administração Direta					
Atividade:	13.392.0370.1718 - Difusão e Fruição da Produção Artístico-cultural				1.219.400,00
	3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0101			19.400,00
	3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0102			1.200.000,00
	13.392.0370.2996 - Sustentabilidade das Cadeias Produtivas Artístico-culturais				606.000,00
	3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0101			6.000,00
	3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0102			600.000,00
TOTAL					1.825.400,00

ANEXO II (art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964)

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO	ORÇAMENTO FISCAL 2022	EM R\$	
ESPECIFICAÇÃO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
		FONTE	VALOR
20000 - SECRETARIA DE CULTURA			
00133 Secretaria de Cultura - Administração Direta			
Atividade: 13.126.0448.3703 - Manutenção da Tecnologia de Informação e Comunicação da			25.400,00
	Secretaria da Cultura		
	3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0101	25.400,00
22000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO			
00113 Secretaria de Desenvolvimento Agrário - Administração Direta			
Projeto 20.544.1030.4055 - Ampliação da Infraestrutura Hídrica no Meio Rural			1.800.000,00
	4.4.90.00 - Investimentos	0102	1.800.000,00
TOTAL			1.825.400,00

DECRETO Nº 52.166, DE 17 DE JANEIRO DE 2022.

Abre ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2022, crédito suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00 em favor da Secretaria de Defesa Social.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 37 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no inciso o IV do art. 10 da Lei nº 17.550, de 21 de dezembro de 2021, e considerando a necessidade de reforçar dotação orçamentária insuficiente para atender despesas de investimentos da Secretaria, não implicando em acréscimo ao Orçamento vigente, uma vez que os recursos serão deduzidos de dotações disponíveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2022, em favor da Secretaria de Defesa Social, crédito suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) destinado ao reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o art. 1º, conforme inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, estão previstos na fonte de recursos "0102- Recursos de Convênios a Fundo Perdido/Contrato de Repasse - Adm. Direta", no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), especificados no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 3 de janeiro de 2022.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 17 de janeiro do ano de 2022, 205ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 200ª da Independência do Brasil.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCIX • Nº 11

Poder Executivo

Recife, 18 de janeiro de 2022

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

HUMBERTO FREIRE DE BARROS
JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO
DÉCIO JOSÉ PADILHA DA CRUZ
ALEXANDRE REBÊLO TÁVORA

ANEXO I (CRÉDITO SUPLEMENTAR)

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL 2022	EM R\$	
		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
		FONTE	VALOR
39000 - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL			
00124 Secretaria de Defesa Social - Administração			
Direta			
Atividade:	06.181.0523.2711 - Desenvolvimento das Ações de Polícia Científica		1.500.000,00
	4.4.90.00 - Investimentos	0102	1.500.000,00
TOTAL			1.500.000,00

ANEXO II (art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964)

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL 2022	EM R\$	
		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
		FONTE	VALOR
39000 - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL			
00124 Secretaria de Defesa Social - Administração			
Direta			
Atividade:	06.122.0439.4382 - Gestão das Atividades da Secretaria de Defesa Social - Administração		400.000,00
	Direta		
	3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0102	50.000,00
	4.4.90.00 - Investimentos	0102	350.000,00
Atividade:	06.181.0923.0333 - Reaparelhamento Operacional das Unidades de Segurança		1.100.000,00
	4.4.90.00 - Investimentos	0102	1.100.000,00
TOTAL			1.500.000,00

ATOS DO DIA 17 DE JANEIRO DE 2022:

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições RESOLVE:

Nº 132 - Homologar a Resolução nº 059, de 02 de dezembro de 2021, da Câmara de Política de Pessoal - CPP, nos termos da Legislação pertinente;

Nº 133 - Homologar a Resolução nº 002, de 12 de janeiro de 2022, da Câmara de Política de Pessoal - CPP, nos termos da Legislação pertinente;

Nº 134 - Nomear os candidatos abaixo relacionados, aprovados no concurso público da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco - ADAGRO, tendo em vista a homologação do resultado final do referido certame publicada através da Portaria Conjunta SADI/ADAGRO nº 082, de 15 de julho de 2020:

FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO - MEDICINA VETERINÁRIA

PALMARES

Classificação	Nome	Deficiência
83ª	NILTON TIAGO DOS ANJOS	FÍSICO

RECIFE

Classificação	Nome	Deficiência
2ª	ALINE SIMONE FERREIRA MADUREIRA	

SERRA TALHADA

Classificação	Nome	Deficiência
5ª	JULIANA OLIVEIRA DE MIRANDA	
6ª	FLAVIA REJANE DE ALENCAR	

SURUBIM

Classificação	Nome	Deficiência
2ª	DIMAS DA COSTA MARQUES FILHO	

Nº 135 - Nomear os candidatos abaixo relacionados, aprovados no concurso público da Secretaria de Saúde, tendo em vista a homologação do referido certame através da Portaria Conjunta SADI/SES nº 22, de 02 de abril de 2019. Os candidatos terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para tomarem Posse a contar da data da publicação deste Ato e 02 (dois) dias úteis após a Posse para se apresentarem no Local de Exercício funcional comunicados pela Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 425, de 25 de março de 2020, que dispõe sobre os procedimentos para contratações destinadas ao fornecimento de bens, à prestação de serviços, à locação de bens e à execução de obras necessárias ao enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus, no âmbito do Poder Executivo Estadual;

I GERES

MÉDICO ANATOMOPATOLOGISTA / DIARISTA

Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
16ª	VANESSA DE SOUZA COUTINHO	
17ª	TAMARA CRISTINA DE FRANÇA LOBATO	

MÉDICO CARDIOLOGISTA / DIARISTA

Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
6ª	PRISCILLA BARBOSA ARAÚJO	
7ª	GABRIELA CRUZ GOUVEIA ASANO	
8ª	RAFAEL CARVALHO VOZELA	
9ª	PAOLA LIRA DE PAULA COUTO	

MÉDICO CIRURGIÃO GERAL / PLANTONISTA

Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
81ª	VICTOR MELO DINIZ	
82ª	GUSTAVO VITAL CAETANO PEREIRA	
83ª	GUILHERME PARENTE LINS	
84ª	LUCIANA CALADO DOS SANTOS	
85ª	DANIEL JOSÉ DIAS CUNHA	
86ª	LUCIANA DE HOLANDA LIMA DORNELAS CAMARA	
87ª	LUIZ BENICIO DANTAS JÚNIOR	
88ª	JUSCIELLE DE SOUZA BARROS	
89ª	JÚLIO DOURADO DE MATOS E SILVA	
90ª	ALISSON CORDEIRO MOREIRA	
91ª	RAISSA MARIA FETIOZA ROCHA	
92ª	YASMIN TOMAZZIA MACEDO DE MORAES	

MÉDICO CIRURGIÃO TORÁCICO / DIARISTA

Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
---------------	------	------------------------

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCIX • Nº 11

Poder Executivo

Recife, 18 de janeiro de 2022

6º	RAFAEL MELO TAVARES	
MÉDICO ENDOSCOPISTA / DIARISTA		
Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
1º	JESSÉ CLEMENTINO DE ARAÚJO FILHO	
2º	THIAGO GUIMARÃES VILÇA	
3º	ANTONIO COUTINHO MADRUGA NETO	
4º	MARILIA NOVAES FERREIRA	
5º	OSSAMU OKAZAKI	
6º	NARA LUIZA ABREU E LIMA	
7º	JOAO GUILHERME GUERRA DE ANDRADE LIMA CABRAL	
MÉDICO NEUROCIRURGIÃO / PLANTONISTA		
Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
33º	LUIZ EURIPEDES ALMONDES SANTANA LEMOS	
34º	BEDIA BARROS BARKOKEBAS	
35º	RODRIGO VASCONCELOS CORREIA LIMA DE ANDRADE	
36º	ESMAEL CUNHA BAILÃO FERNANDES	
37º	MARCÍLIO JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO	
39º	DEBORA MARIA BRITO DE PINHO	
40º	GEORGE CARTAXO DOS SANTOS	
MÉDICO NEUROLOGISTA / PLANTONISTA		
Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
32º	TATIANE INDRUSIAK SILVA	
33º	MATHEUS GURGEL SARAIVA	
34º	LEYLIANA FAGUNDES SANTOS	
35º	JOSÉ EDUARDO NEUENSCHWANDER VILAR	
36º	DAVID BARREIRO NUNES LEMOS	
37º	ANDRESSA ALENCAR ARAÚJO MAIA	
38º	VICTOR SOUZA TORRES DE LIRA	
39º	CRISTIANO SOBRAL DE CARVALHO	
40º	TACIANA PATRÍCIA DA SILVA	
41º	VICTOR EMANUELL RIBEIROS DA SILVA	
42º	CAMILA LYRA DE CARVALHO GONDIM	
43º	TATHEANE COUTO DE VASCONCELOS	
44º	RAFAEL CONRADO WANDERLEY	
45º	VANESSA CRISTINA FRAGOSO CASSIANO	
46º	THAIS MIRANDA LIMEIRA	
47º	DAIANA ROSA PINTO FONSECA	
48º	ARTUR FILIPE FERREIRA DUTRA	
49º	EDUARDO FRANKLIN CAVALCANTI CORDEIRO	
50º	ALEXSANDRA GONÇALVES SCHULZ	
51º	FERNANDO TENÓRIO TRAVASSOS	
52º	ANA CLAUDIA CRISPINIANO SIQUEIRA TORQUATO	
53º	YAN BONIFACIO FERNANDES	
MÉDICO NEUROPEDIATRA / DIARISTA		
Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
3º	MILENA DE MELO CAVALCANTI	
4º	GUSTAVO NOGUEIRA DE HOLANDA	
5º	MONALISA DE MOURA SILVA SAITO	
6º	SARAH COSTA SERPA	
7º	HORRANA DINIZ SILVA	
8º	JULIANA DE LUCENA FERREIRA	
9º	ANA CAROLINA LEAL BEZERRA DE LIMA	
10º	TAYNARA AMANCIO DE LIMA	
11º	MARINA ESTIMA NEIVA NUNES	
12º	RAFAELA VASCONCELOS VIANA	
13º	MAYLLIN FREITAS NUNES	
14º	KALYNE MEDEIROS LACERDA	
15º	THAIS ANTUNES DE ARAÚJO	
16º	MARIA DO BOM SUCESSO LACERDA FERNANDES NETA	
17º	SUENIA TIMOTHEO FIGUEIREDO LEAL	
MÉDICO PSIQUIATRA / PLANTONISTA		
Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
11º	ANDRÉ FURTADO DE AYALLA RODRIGUES	
12º	LOURDES THALITA MEYER DE ANDRADE CAVALCANTI	
MÉDICO RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM / PLANTONISTA		
Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
17º	GLAUBER BARBOSA DE CARVALHO	
18º	CARLOS FELIPE TEIXEIRA LÔBO	
19º	JOÃO HENRIQUE KAERCHER	
20º	LUIZA ALINA ALMEIDA ARAÚJO RABELO	
21º	CATARINA AGUIAR RIBEIRO DO NASCIMENTO	
22º	BRUNO BRANDÃO PERNAMBUCO	
23º	VICTOR MECENAS SILVA ALBUQUERQUE	
MÉDICO UROLOGISTA / PLANTONISTA		
Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
18º	ANDERSON CARVALHO DE MOURA BRAZ	
19º	ARNALDO AMORIM DE LEMOS NETO	
20º	SÓSTENES RABELO GOMES DE CARVALHO PIRES	
21º	FABRÍCIO JOSÉ ALVES RAMOS	
22º	PAULO DA COSTA CARVALHO NETO	
23º	HERON OLIVEIRA SCHOTS	
24º	SÍRIUS ROBINSON DO NASCIMENTO	
MÉDICO TOCOGINECOLOGISTA / PLANTONISTA		
Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
87º	SARITA AMORIM VASCONCELOS	
ANALISTA EM SAÚDE / ADMINISTRADOR / DIARISTA		
Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
9º	LUÍS OTÁVIO CYSNEIROS VIEIRA BASTOS	
10º	ROBERTO GADELHA BATISTA DOS SANTOS	
11º	ELAYNE VITALINA DOS SANTOS OLIVEIRA	
ANALISTA EM SAÚDE / CONTADOR / DIARISTA		
Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
47º	JOANNE NAIR ALEXANDRE SILVA	
ANALISTA EM SAÚDE / ENFERMEIRO CARDIOLOGISTA / PLANTONISTA		
Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
18º	MARILIA ROBERTA FREITAS DE VASCONCELOS	
19º	PAULO CÉSAR DA COSTA GALVÃO	
ANALISTA EM SAÚDE / ENFERMEIRO ONCOLOGISTA / DIARISTA		
Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
4º	THAYNAN GONÇALVES DA SILVA	
ANALISTA EM SAÚDE / FISIOTERAPEUTA / DIARISTA		
Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
15º	SUÊNIA XAVIER GONÇALVES	
16º	DOMINIQUE BABINI ALBUQUERQUE CAVALCANTI	
17º	TUÍRA OLIVEIRA MAIA	
18º	MARIA CAROLINA DA SILVA CARDOSO NANQUE	
19º	LÍVIA SHIRAHIGE GOMES DO NASCIMENTO	
20º	DANIELA MARTINS BARBOSA DA SILVA	

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCIX • Nº 11

Poder Executivo

Recife, 18 de janeiro de 2022

21º NÁDIA VIRGÍNIA VICTOR PEREIRA
22º TIAGO SIQUEIRA DE SOUSA
23º JANAINA BIZERRA AMARO DA SILVA BORGONHA
135º FELIPE ALBUQUERQUE DA FONSECA FÍSICA

ANALISTA EM SAÚDE / PSICÓLOGO / DIARISTA

Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
4º	NATALIA COSME DE OLIVEIRA	
5º	DOUGLAS BATISTA DE OLIVEIRA	

ANALISTA EM SAÚDE / SANITARISTA / DIARISTA

Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
178º	HASSYLA MARIA DE CARVALHO BEZERRA	
179º	SCARLET BIANCA SANTANA DOS SANTOS	
180º	DAIANE CORDEIROS DOS SANTOS	
181º	LORENA FRANCO SOBRAL	
182º	EVELIN LÚCIA DE BARROS	
183º	SOLANGE TAVARES DA SILVA FERREIRA	

ANALISTA EM SAÚDE / MÉDICO VETERINÁRIO / DIARISTA

Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
4º	GEORGE JOSE ALVES DA COSTA	
5º	GUTEMBERG FELIX FERREIRA	

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA / FARMACÊUTICO / DIARISTA

Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
26º	LAÍS SILVA DE VASCONCELOS	
27º	ADRIANO COSTA MARQUES DA SILVA	
28º	GESSYANE SOARES DUARTE	
29º	MARCELLA MELO ASSIS COSTA	

ASSISTENTE EM SAÚDE / ASSISTENTE TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO / DIARISTA

Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
77º	ANDRESSA VIEIRA MENDES	
78º	EMMILY CAROLINE GONÇALVES BRANES	
79º	RUBIA MARTINS PLASTINO	
80º	NAYARA DE SIQUEIRA TAVARES	
81º	CAROLANE ISRAELLY HONORATO DE SOUZA	
82º	MATHEUS DA SILVA FERNANDES	
83º	BRUNA KELLY MARQUES DOS SANTOS	
84º	TAYHONARA BARBOSA BORGES	
85º	TALVANES LIMA FELISMINO	
86º	PEDRO HENRIQUE DIAS MARTINS PEREIRA	
2758º	EWERTON FLÁVIO DOS SANTOS	VISUAL

ASSISTENTE EM SAÚDE / TÉCNICO DE ENFERMAGEM / PLANTONISTA

Classificação	Nome	Pessoa com Deficiência
1401º	RAYANA GUIMARÃES DE OLIVEIRA	
1402º	RAYANNE GABRYELLE CABRAL DE SOUZA	
1403º	ALANE DE OLIVEIRA GALDINO	
1404º	LAÍS REGINA DOS SANTOS	
1405º	MARIA IASMIN DOS SANTOS SOUSA	
1406º	NATALIA OLIVEIRA DOS SANTOS	
1407º	BRUNA LETÍCIA DA SILVA OLIVEIRA	
1408º	GABRIELLY FARIAS SOARES	
1409º	AMANDA CAROLINE GONÇALVES DIAS	
1410º	GABRIEL DE OLIVEIRA SOUSA	
1411º	SHIRLEY KAROLAYNE SANTOS MARQUES	
1412º	SHELDA JÚLIA ALVES FERREIRA DA SILVA	
1413º	SILVIA MARCELINO SILVA DE ARRUDA	
1414º	FLORA ELIAS DE ARAÚJO FERREIRA	
1415º	MARGARIDA MARIA PEIXOTO DE FRANÇA	
1416º	MARLI DE SOUSA RUFILO	
1417º	ANA ELISABETE BARBOZA	
1418º	SUELENE DE ANDRADE SILVA	
1419º	MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA ALVES	
1420º	RUTE FRANCISCO BARBOSA SILVA	
1421º	FRANCISCA VERONICA BARROS DO NASCIMENTO	
1422º	MARIA DA CONCEIÇÃO LINS DE ALMEIDA	
1423º	MARISTELA ALMEIDA DOS SANTOS	
1424º	CRISTIANNE MARIA PEREIRA DOS SANTOS	
1425º	EDILENE GOMES DA SILVA	
1426º	ZILDA BEZERRA LIRA	
1427º	FLORIZA LUCENA NASCIMENTO	
1428º	NILZELANE ALVES CABRAL	
1429º	AUSTRÁLIA NEVES AMARAL DE ANDRADE	
1430º	ROBERTO SILVA VILELA	
1431º	ERENILDA MARIA SILVA	
1432º	JOSIANE DIAS DA SILVA	
1433º	REJANE LIMA DE OLIVEIRA	
1434º	IVANILDO FRANCISCO DE SOUZA	
1435º	VILMA VIDAL FIRMINO	
1436º	MARIA DO CARMO CAJUEIRO DE ALBUQUERQUE	
1437º	JOSILENE MAGALHÃES COELHO	
1438º	ELZA MARIA DA SILVA	
1439º	MARIA CRISTINA MENDES DE SOUZA	
1440º	SUANE SANTANA DA SILVA DE ALMEIDA	
1441º	JUBERLANDO LINS DE ABREU	
1442º	JOSÉ RICARDO PINHEIRO DA SILVA	
1443º	OTONIEL CORREIA DE CASTRO	
1444º	MARCIA FELIPE DOS SANTOS	
1445º	JACIANA MARIA DE LIMA RIBEIRO	
1446º	ANA CRISTINA DA SILVA DE CARVALHO	
1447º	MARIA CÉLIA DE AMORIM	
1448º	SHIRLEY ADELINO DA SILVA	
1449º	MARIA AUXILIADORA GONÇALVES BARROS PESSOA	
1450º	AURIDELIA GONÇALVES DE OLIVEIRA	
1451º	NADJARA NUNES DA SILVA	
1452º	VALDENICE GOMES DE FRANÇA	
1453º	MARIA DO ROSÁRIO FERREIRA DA PAIXÃO	
1454º	JOSENICE RAMOS CABRAL DE ANDRADE	
1455º	ROSANGELA MACEDO DA SILVA	
1456º	SOLENEIDE LUCIA DA SILVA	
1457º	MARIA BETÂNIA DOS SANTOS PEREIRA	
1458º	ADELIA CRISTINA DE OLIVEIRA VIEIRA	
1459º	ADRIANO SIMÕES DE LIMA	
1460º	SELMA MARIA XAVIER	
1461º	PAULINA FERREIRA DA SILVA	
1462º	ANA RITA DA SILVA	
1463º	EDILZA MARQUES DA SILVA	
1464º	IVANILDA DE BARROS	
1465º	MÁRCIA DE OLIVEIRA SALVADOR	
1466º	TEREZA CRISTINA PINHEIRO DA SILVA	
1467º	JOELMA SILVA DE AQUINO	
1468º	NILZA MARIA CORREIA	
1469º	EDJANE MARIA GOMES BARBOSA	
1470º	SOLANGE SANTOS FERREIRA LEITE	
1471º	ILDINEIDE ARCELINA DE FRANÇA ALBUQUERQUE	
1472º	MARIA JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS	
1473º	ELIENE DAS CHAGAS CAVALCANTI	
1474º	ROBERTA MARIA BEZERRA DA SILVA	

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCIX • Nº 11

Poder Executivo

Recife, 18 de janeiro de 2022

1475º	MARIA DO CARMO GUIMARÃES SALLES
1476º	LUCIENE MARIA DOS SANTOS
1477º	LUCIANA AZEVEDO VILAS BOAS
ASSISTENTE EM SAÚDE / TÉCNICO DE LABORATÓRIO / PLANTONISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
203º	JOSE GOMES DA SILVA FILHO
ASSISTENTE EM SAÚDE / TÉCNICO EM FARMÁCIA / PLANTONISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
85º	PABLO GILBERTO LIMA DO NASCIMENTO
ASSISTENTE EM SAÚDE / TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL / PLANTONISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
6º	JOSE RAIMUNDO SOARES DE CARVALHO
7º	SUELEN DO NASCIMENTO RIBEIRO
8º	MARCELO FÉLIX SOARES DA SILVA
9º	JOSÉ RAIMUNDO DOS SANTOS NETO
II GERES	
ANALISTA EM SAÚDE / BIOMÉDICO / DIARISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
1º	AURENICE ARRUDA DUTRA DAS MERCES
ANALISTA EM SAÚDE / FISIOTERAPEUTA / DIARISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
1º	ANANDA CARLA DA SILVA
ANALISTA EM SAÚDE / MÉDICO VETERINÁRIO / DIARISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
1º	AMANDA LUIZA MOURY FERNANDES DE ALMEIDA
III GERES	
ANALISTA EM SAÚDE / BIOMÉDICO / DIARISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
1º	CATHARINE DE ARAUJO CRISOSTOMO PONTES
ANALISTA EM SAÚDE / SANITARISTA / DIARISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
11º	JESSICA XAVIER DA COSTA
ANALISTA EM SAÚDE / MÉDICO VETERINÁRIO / DIARISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
1º	THOMAZ CESAR BARBOSA DA COSTA
IV GERES	
ANALISTA EM SAÚDE / BIOMÉDICO / DIARISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
1º	WALESKA MAYARA GOMES DE LIMA
ANALISTA EM SAÚDE / MÉDICO VETERINÁRIO / DIARISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
1º	MARIA CLAUDIA RIBEIRO AGRA
V GERES	
ANALISTA EM SAÚDE / BIOMÉDICO / DIARISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
1º	JUDSON WALLACE RODRIGUES DA SILVA
ANALISTA EM SAÚDE / FISIOTERAPEUTA / DIARISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
1º	JULIANA ELIAS DE ALBUQUERQUE
ANALISTA EM SAÚDE / MÉDICO VETERINÁRIO / DIARISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
1º	ELANE RAFAELLA CORDEIRO NUNES SERAFIM
ASSISTENTE EM SAÚDE / TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL / PLANTONISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
1º	DAYANA MELLO DE ARAÚJO
2º	MARIA VALDENIR CRISTOVAM BERTOLA
3º	MARIA DA CONCEICAO MARINHO DA SILVA
4º	VALERIA BESERRA LIMA
5º	DANIELE GOMES DE LIMA
VI GERES	
ANALISTA EM SAÚDE / BIOMÉDICO / DIARISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
1º	WILLIAMS EMANUEL DA SILVA MELO
ANALISTA EM SAÚDE / SANITARISTA / DIARISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
5º	MARCELO ANDRADE FRANÇA
ANALISTA EM SAÚDE / MÉDICO VETERINÁRIO / DIARISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
1º	MARIA DULCINEIDE GUILHERME DA ROCHA
VII GERES	
MÉDICO PEDIATRA / PLANTONISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
9º	ANTÔNIO BATISTA DE FREITAS NETO
10º	SANDRA FERREIRA ROCHA
11º	FATIMA TERESA LACERDA BRITO DE OLIVEIRA
12º	CAMILA ARCANJO ALVES
13º	JÉZIKA MATIAS COSTA
MÉDICO TOCOGINECOLOGISTA / PLANTONISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
6º	MARIA IVANIR ARAUJO NEVES TORRES
7º	WELLIDA ROCHA OLIVEIRA GRANGEIRO
ANALISTA EM SAÚDE / FISIOTERAPEUTA / DIARISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
1º	ELAINE ALEXANDRE DA SILVA
ANALISTA EM SAÚDE / MÉDICO VETERINÁRIO / DIARISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
1º	JAMILLE CRISTINA PEREIRA CORDEIRO
FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA / ENFERMEIRO / DIARISTA	
Classificação	Nome Pessoa com Deficiência
4º	TUANNY ITALLA MARQUES DA SILVA

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCIX • Nº 11

Poder Executivo

Recife, 18 de janeiro de 2022

ASSISTENTE EM SAÚDE / ASSISTENTE TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO / DIARISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
5º LÚCIA DILEA MENDES BEZERRA

ASSISTENTE EM SAÚDE / TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL / PLANTONISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
1º ANA MARIA DE VASCONCELOS
2º TIAGO COSTA QUEIROZ
3º WAGNER VIEIRA SALES
4º MARIA LUCIVANIA DOS SANTOS
5º PATRICIA DE MELO FREIRE ARAÚJO

VIII GERES

ANALISTA EM SAÚDE / BIOMÉDICO / DIARISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
1º VICTÓRIA REGINA DE ALENCAR CARVALHO

ANALISTA EM SAÚDE / MÉDICO VETERINÁRIO / DIARISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
1º ACÁCIO WILLIAN FAUSTINO DE ANDRADE

IX GERES

ANALISTA EM SAÚDE / BIOMÉDICO / DIARISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
1º CARLA MARA GOMES DE ARAÚJO

ANALISTA EM SAÚDE / MÉDICO VETERINÁRIO / DIARISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
1º JULIANA DA SILVA GAMA

X GERES

ANALISTA EM SAÚDE / BIOMÉDICO / DIARISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
1º SUEUDA GOMES MOTA

ANALISTA EM SAÚDE / MÉDICO VETERINÁRIO / DIARISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
1º DAVIDIANNE DE ANDRADE MORAIS

ASSISTENTE EM SAÚDE / TÉCNICO EM FARMÁCIA / DIARISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
1º LEIDIANE DE SOUSA CARVALHO

XI GERES

ANALISTA EM SAÚDE / ASSISTENTE SOCIAL / PLANTONISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
2º FLAVIA PEREIRA DE SA
3º JESSICA RAYANE DOS SANTOS

ANALISTA EM SAÚDE / BIOMÉDICO / DIARISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
1º ANDREIA RAMALHO LOPES

ANALISTA EM SAÚDE / NUTRICIONISTA / PLANTONISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
1º LAURA MATA DE LIMA SILVA

ANALISTA EM SAÚDE / MÉDICO VETERINÁRIO / DIARISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
1º TÂNIA GOMES DE CARVALHO

ASSISTENTE EM SAÚDE / TÉCNICO DE ENFERMAGEM / PLANTONISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
42º AFONSO BEZERRA SOBRINHO
43º JUCIARA ANGELICA PEREIRA SILVA
44º MARIA DEGIVAN DAVID DA SILVA
45º ROSY MARY OLIVEIRA GOMES SOARES
46º TÂNIA MARIA DE MEDEIROS
47º LUZENI OTAVIO HONORATO BENTO
48º LAÍS LIMA DE SIQUEIRA
49º CAMILA DA SILVA FALCÃO
50º MARIA JANAINA DOS SANTOS SOUZA
51º JOANA LOPES NASCIMENTO MARQUES
52º LEILIANE DE SOUZA PEREIRA
53º ADRIANA DA SILVA FERREIRA
54º RAUL RORISTON GOMES DA SILVA

ASSISTENTE EM SAÚDE / TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL / PLANTONISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
1º RAFAEL DE SÁ BEZERRA
2º LUCINEIDE DE SOUZA QUEIROZ
3º ANA RAQUEL ROLIM PASSOS
4º ROSICELIA DE MELO FREITAS FIDELIS
5º TANISIA SOARES DE SOUZA

ASSISTENTE EM SAÚDE / TÉCNICO EM RADIOLOGIA / PLANTONISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
3º ÉDER CASCIANO DA SILVA

XII GERES

MÉDICO PEDIATRA / PLANTONISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
13º FRANCISCO MARTINS FORMIGA
14º IZABEL AMÉLIA TIBURTINO CHAVES OLIVEIRA
15º KÁTISIA AMÉLIA FEITOSA COUTINHO

MÉDICO TOCOGINECOLOGISTA / PLANTONISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
5º ODUINO DE OLIVEIRA CAJU
6º MAXSON BRUNO PAIVA SILVA SANTOS
7º LOURENA GUEDES DE MELO ROMAO
8º BRUNA PIRES DE ASSIS DANTAS

ANALISTA EM SAÚDE / BIOMÉDICO / DIARISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
1º RODRIGO DO NASCIMENTO DIAS DE OLIVEIRA
DECISÃO JUDICIAL 0019099-73.2019.8.17.2001

ANALISTA EM SAÚDE / MÉDICO VETERINÁRIO / DIARISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
1º JOSÉ LANCART DE LIMA

ASSISTENTE EM SAÚDE / ASSISTENTE TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO / DIARISTA
Classificação Nome Pessoa com Deficiência
7º RAFAELA GOMES DA SILVA

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCIX • Nº 11

Poder Executivo

Recife, 18 de janeiro de 2022

8º

JOELMA DE MENEZES VELOZO

ASSISTENTE EM SAÚDE / TÉCNICO DE ENFERMAGEM / PLANTONISTA

Classificação Nome

Pessoa com Deficiência
BRENDA IOLANDA DA SILVA MARQUES .

Nº 136 - Exonerar **ANDRÉA DE MEDEIROS RICARDO** do cargo em comissão de Chefe do Núcleo Sócio Educacional da Escola de Referência em Ensino Médio, símbolo CAA-4, da Unidade de Coordenação do Programa de Educação Integral, da Secretaria de Educação e Esportes, com efeito retroativo a 03 de janeiro de 2022.

Nº 137 - Nomear **LENARA DE ARAÚJO DUARTE RICARDO** para exercer o cargo em comissão de Chefe do Núcleo Sócio Educacional da Escola de Referência em Ensino Médio, símbolo CAA-4, da Unidade de Coordenação do Programa de Educação Integral, da Secretaria de Educação e Esportes, com efeito retroativo a 03 de janeiro de 2022.

Nº 138 - Nomear, a candidata abaixo relacionada, aprovada no concurso público para o Cargo de Perito Papiloscopista, da Secretaria de Defesa Social, tendo em vista a homologação do referido certame através da Portaria Conjunta SAD/SDS nº 019, de 26 de janeiro de 2018, bem como a decisão judicial transitada em julgado, proferida no Mandado de Segurança abaixo elencado:

PERITO PAPILOSCOPISTA

ÁREA – DEFESA SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PROCESSO Nº
35º	ANNE MAGADIELE DOS SANTOS CASTRO	001248-26.2018.8.17.0000.

Nº 139 - Exonerar **ANA KAROLINA ALVES DE SOUZA** do cargo em comissão de Assessor Técnico Jurídico, símbolo CAA-2, da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, com efeito retroativo a 05 de janeiro de 2022.

Nº 140 - Nomear **ROSIMERE PIMENTEL DA ROCHA FERRAZ** para o cargo em comissão de Assessor Técnico Jurídico, símbolo CAA-2, da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, com efeito retroativo a 05 de janeiro de 2022.

Nº 141 - Designar **OLIDAN GERMANO ARRUDA MELO FILHO**, matrícula nº 299.708-8, da Secretaria de Administração, para responder pelo expediente da Assessoria da Gerência Geral de Apoio Técnico e Jurídico ao Gabinete, da referida Secretaria, no período de 27 de dezembro de 2021 a 26 de janeiro de 2022, durante a ausência de seu titular, em gozo de férias regulamentares e licença TRE.

Nº 142 - Designar **BERTA GOMES TEIXEIRA**, matrícula nº 299.725-8, da Secretaria de Administração, para responder pelo expediente da Gerência de Padronização de Termos de Referência do Estado, da referida Secretaria, no período de 03 de janeiro a 02 de fevereiro de 2022, durante a ausência de seu titular, em gozo de férias regulamentares e licença TRE.

Nº 143 - Designar **ÉVERTON RENAN DE ANDRADE MELO**, matrícula nº 10.071-4, da Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC, para responder pelo expediente da Gerência de Planos e Sistema de Informações de Recursos Hídricos, da referida Agência, no período de 03 a 17 de janeiro de 2022, durante a ausência de seu titular, em gozo de férias regulamentares.

Nº 144 - Designar **CINTIA VIANA DA ROCHA NOTARO**, matrícula nº 363.380-2, da Secretaria de Planejamento e Gestão, para responder pelo expediente da Assessoria de Gestão para Resultados na Mobilidade, da referida Secretaria, no período de 08 a 22 de janeiro de 2022, durante o impedimento de seu titular.

Nº 145 - Designar **FELLIPE GUSTAVO SILVA FERREIRA LIMA**, matrícula nº 299.743-6, da Secretaria de Planejamento e Gestão, para responder pelo expediente da Gerência Geral de Gestão para Resultados na Mobilidade, da referida Secretaria, no período de 08 a 22 de janeiro de 2022, durante a ausência de seu titular, em gozo de férias regulamentares.

Nº 146 - Designar **CLÊNIO DE OLIVEIRA TORRES FILHO**, matrícula nº 10.006-4, da Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC, para responder pelo expediente da Diretoria de Regulação e Monitoramento, da referida Agência, no período de 10 a 28 de janeiro de 2022, durante a ausência de seu titular, em gozo de férias regulamentares.

Nº 147 - Designar **SANDESON GEORGE DA SILVA**, matrícula nº 369.016-4, da Secretaria de Planejamento e Gestão, para responder pelo expediente da Secretaria Executiva de Coordenação Geral, da referida Secretaria, no período de 17 a 31 de janeiro de 2022, durante a ausência de seu titular, em gozo de férias regulamentares.

Nº 148 - Designar **IVALDO CARNEIRO DOS SANTOS JÚNIOR**, Gerente de Habitação, do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco – DETRAN/PE, para responder pelo expediente da Diretoria de Operações, da referida Autarquia, no período de 03 a 22 de janeiro de 2022, durante a ausência de seu titular, em gozo de férias regulamentares.

Nº 149 - Designar **AIRTON PEREIRA DE MENEZES**, matrícula nº 304433, da Secretaria de Defesa Social, para responder pelo expediente da Superintendência de Gestão de Pessoas, da referida Secretaria, no período de 03 a 09 de janeiro de 2022, durante a ausência de seu titular, em gozo de férias regulamentares.

Nº 150 - Designar **EDMILSON BATISTA FERREIRA JÚNIOR**, matrícula nº 296045-1, para responder pelo expediente do Departamento de Repressão aos Crimes Patrimoniais, da Polícia Civil de Pernambuco, da Secretaria de Defesa Social, no período de 03 de janeiro a 01 de fevereiro de 2022, durante a ausência de seu titular, em gozo de férias regulamentares.

Nº 151 - Designar **FILIPE CAMELO DE CASTRO**, matrícula nº 299.773-8, da Secretaria da Controladoria Geral do Estado, para responder pelo expediente da referida Secretaria, no período de 17 a 31 de janeiro de 2022, durante a ausência de seu titular, em gozo de férias regulamentares.

Nº 152 - Designar **FÁBOLA VALENÇA DE LEMOS**, matrícula nº 278.570-6, da Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRM, para responder pelo expediente da Diretoria de Gestão Territorial e Recursos Hídricos, da referida Agência, no período de 01 a 10 de janeiro de 2022, durante a ausência de seu titular, em gozo de férias regulamentares.

Nº 153 - PROMOVER ao posto de **CORONEL BM**, pelo critério de **ANTIGUIDADE**, de acordo com artigos 5º e 48, § 6º, ambos da Lei Complementar nº 470, de 21 de dezembro de 2021, para preenchimento da vaga existente no Quadro de Oficiais Combatentes (QOC/BM), o Tenente-Coronel BM **EVANDRO ROCHA DE SOUZA**, matrícula nº 950.668-3, com efeito retroativo a 31 de dezembro de 2021.

Nº 154 - Prorrogar a cessão ao Ministério Público do Estado de Pernambuco, conforme a Lei Complementar nº 82, de 28 de dezembro de 2005, das servidoras da Secretaria da Casa Civil, **CÁTIA FONSECA**, matrícula nº 158.107-4, e **SUELI MARIA DO NASCIMENTO**, matrícula nº 87.945-2, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2022.

Nº 155 - Prorrogar a cessão ao Ministério Público do Estado de Pernambuco, conforme a Lei Complementar nº 82, de 28 de dezembro de 2005, dos servidores da Secretaria da Controladoria Geral do Estado, **OTÁVIO HENRIQUE CINTRA MONTEIRO**, matrícula nº 328.416-6, e **CLÁUDIA REGINA DA CUNHA FRANÇA**, matrícula nº 328.399-2, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2022.

Nº 156 - Prorrogar a cessão ao Ministério Público do Estado de Pernambuco, conforme a Lei Complementar nº 82, de 28 de dezembro de 2005, dos servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, **WELLINGTON JOSÉ DE ALMEIDA**, matrícula nº 169.683-1, e **TERESINHA DE JESUS MORAIS**, matrícula nº 86.641-5, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2022.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 11

Poder Executivo

Recife, 18 de janeiro de 2022

Nº 157 - Prorrogar a cessão ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, conforme a Lei Complementar nº 82, de 28 de dezembro de 2005, da servidora da Secretaria da Casa Civil, **ALÚCIA ALVES DA SILVA**, matrícula nº 46.065-6, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2022.

Nº 158 - Considerar autorizada a prorrogação da cessão ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, conforme a Lei Complementar nº 82, de 28 de dezembro de 2005, a servidora da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE, **TATIANA COUTINHO PRESTRELO DE SOUSA**, matrícula nº 953-9, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2022.

Nº 159 - Autorizar o afastamento do Estado de **JOSÉ FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI NETO**, Secretário da Casa Civil, para integrar a Comitê Oficial do Estado, na cidade de São Paulo - SP, nos dias 29 e 30 de novembro de 2021.

Nº 160 - Autorizar o afastamento do Estado, tendo em vista a solicitação da Secretária de Infraestrutura e Recursos Hídricos, em exercício, de **SUZANA MARIA GICO LIMA MONTENEGRO**, Diretora Presidente da Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC, para participar da Reunião de Diretoria da Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRHidro, na cidade de Porto Alegre - RS, no período de 29 de janeiro a 04 de fevereiro de 2022, sem ônus para o Estado de Pernambuco, designando **MARIA LORENZZA PINHEIRO LEITE FERREIRA**, matrícula nº 10.186-3, para responder pelo expediente da referida Autarquia.

ATO DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2021.

Nº 3698 - Colocar à disposição da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, conforme a Lei Complementar nº 82, de 28 de dezembro de 2005, o servidor da Secretaria de Saúde, **HENRIQUE NEY DE ARAÚJO**, matrícula nº 196.558-1, com ônus para o órgão de origem, a partir de 26 de novembro até 31 de dezembro de 2021.

(REPUBLICADO POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÃO NO ORIGINAL).

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 11

Poder Executivo

Recife, 18 de janeiro de 2022



PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma SDOE. Para visualizar o documento original clique no link:

<https://diariooficial.cepe.com.br/diariooficialweb/#/checar-autenticidade?codigo=5SF0RHRNQY-XWVW9ZTP5Y-P2TH9ZW2VI>.

Código de verificação:

5SF0RHRNQY-XWVW9ZTP5Y-P2TH9ZW2VI

